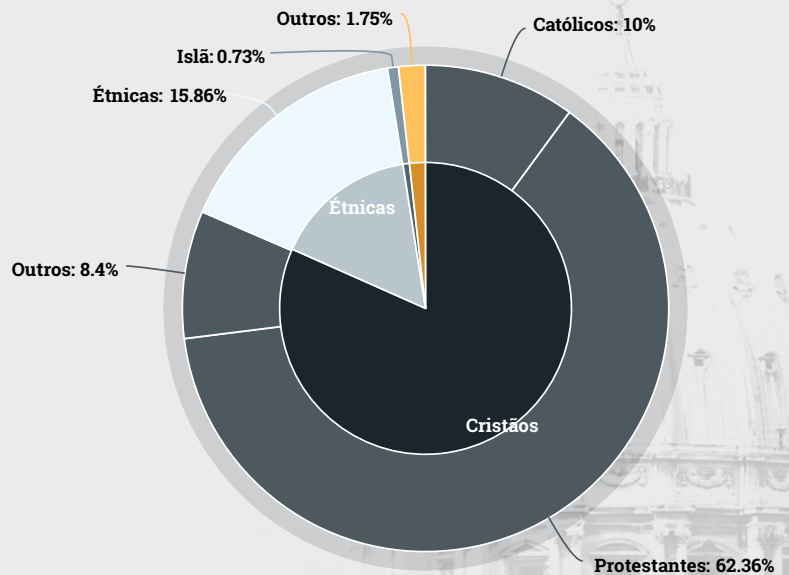


# Zimbábue



## DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição, no seu preâmbulo, reconhece “a supremacia de Deus Todo Poderoso em cujas mãos reside o nosso futuro” e “implora a Sua orientação”, reconhece “a diversidade de valores religiosos do país” e os direitos do povo. E garante “o direito à liberdade de consciência, que inclui a liberdade de pensamento, opinião, religião ou crença; e a liberdade de praticar, propagar e dar expressão ao seu pensamento, opinião, religião ou crença, seja em público ou em privado e seja sozinho ou em conjunto” (artigo 60º). A Constituição também afirma que “ninguém pode ser obrigado a prestar um juramento que seja contrário à sua religião ou crença, ou a prestar um juramento de maneira que seja contrária à sua religião ou crença”.

O documento afirma ainda que “os pais e tutores de crianças menores têm direito a determinar, de acordo com as suas crenças, a educação religiosa e moral dos seus filhos, desde que não prejudiquem os direitos dos seus filhos no âmbito desta Constituição, incluindo os seus direitos à educação, saúde, segurança e bem-estar”. A Constituição também reconhece o direito das comunidades religiosas a “estabelecerem instituições onde a instrução religiosa possa ser dada, mesmo que a instituição receba um subsídio ou outro apoio financeiro do Estado”.

A Lei da Ordem Pública e Segurança de 2002 (POSA na sigla inglesa) restringe efetivamente a liberdade de reunião e associação, requer permissão policial para encontros e manifestações públicas, permite que a polícia imponha o toque de recolher obrigatório arbitrário e proíbe as críticas ao presidente. Embora a POSA isente as atividades e eventos religiosos, na prática o Governo classifica como “políticos” quaisquer tipos de encontros, incluindo os religiosos, potencialmente críticos do ZANU-PF, o partido no poder. A POSA foi invocada em diferentes momentos para justificar que a polícia perturbasse encontros religiosos, alegando que os organizadores não tinham obtido permissão por parte das autoridades.

Não há legislação que obrigue os grupos religiosos a registrar-se. Contudo, os grupos religiosos que façam a gestão de escolas ou instalações de saúde devem registrar-se junto do ministério adequado. Qualquer denominação religiosa pode candidatar-se ao estatuto de isenção fiscal e aos privilégios de isenção de impostos junto do departamento da alfândega. Estes pedidos são geralmente concedidos sem muita complicação.

O Governo observa a Páscoa e o Natal como feriados nacionais.

## INCIDENTES

Durante o período abrangido por este relatório, não foram assinalados casos significativos de discriminação por motivos religiosos ou casos de restrição ao direito à liberdade religiosa.

Mesmo assim, embora a liberdade de culto seja geralmente respeitada no Zimbábue, a pregação e certas atividades de algumas instituições religiosas, como por exemplo a Cáritas e a Justiça e Paz (da Igreja Católica), são frequentemente olhadas com suspeita por parte das autoridades, particularmente em tempos de crise.